



Ex.^a Sr.^a. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Exm.^o Sr. Presidente da Câmara

Exmos. Srs. Vereadores

Caros Colegas

Relativamente à proposta 278 de 2014, que visa a aprovar o 1.^o Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa, nos termos da proposta, o Partido da Terra gostaria de dizer o seguinte:

Foi nesta assembleia que nos insurgimos contra o modelo que se pretendia adotar para a reforma administrativa da cidade e para a reestruturação dos serviços camarários alertamos para o facto do modelo em causa poder vir a criar situações com prejuízo para municípios e para os trabalhadores.

Apesar de não partilharmos da opinião do caminho seguido pela maioria, pela importância e pelos impactos que esta reforma está a ter e virá a ter na vida de todos, consideramos fundamental a existência de instrumentos de monitorização e avaliação de forma que a implementação seja efetuada com o mínimo de constrangimentos.

Sobre a metodologia do relatório, pouco há a apontar. Com o tempo disponível, compreende-se que apenas se tenha

caracterizado, de forma detalhada, 5 freguesias. Teremos, no próximo relatório a radiografia de mais 9 freguesias.

Porém, apesar de já existirem alguns indicadores globais no presente relatório, referentes à totalidade das freguesias, perde-se a ideia da globalidade do processo, com o tratamento fragmentado das mesmas.

Ainda sobre o documento, na página 16, apresenta-se um quadro sobre o número de funcionários transferidos para as juntas de freguesias e a última coluna refere “taxa de satisfação”. No nosso entender trata-se de taxa de execução ou de transição, pois não vimos nenhum modelo de inquérito efetuado aos trabalhadores, para saber a sua satisfação após a transferência.

Sabemos que se trata do primeiro relatório e como é referido no mesmo, a própria estrutura de monitorização encontra-se ainda em composição das suas bases e indicadores de análises.

Assim, aguardamos em futuros relatórios a introdução de mais indicadores relativos à implementação do processo, sobretudo dos impactos criados, à qualidade do serviço prestado e ao nível de satisfação dos trabalhadores que foram transferidos para as Juntas de Freguesia.

Seria também importante que a intervenção desta assembleia fosse para além da votação dos relatórios de monitorização. A programação de visitas de deputados dos diversos grupos

municipais, seria útil para sentir mais de perto os impactos e respectivas consequências da implementação desta reforma.

Sobre o processo da reforma em si, o presente relatório, espelha os problemas de um processo de transferências efectuado há pressa sem que previamente se tivesse reunido as condições para as realizar. Ainda a digerir o processo de agregação de freguesias, a reconstituir as suas estruturas locais, recebem um significativo pacote de competências, que só podia dar num conjunto significativo de problemas.

A título de exemplo, não é preciso muito, para perceber a confusão que irá ser a transferência dos licenciamentos para as juntas de freguesias, uma vez que estas, têm um longo caminho a percorrer no que diz respeito à coordenação tecnológica entre espaços de atendimento.

Será importante também perceber se problemas crónicos existentes têm resolução com a passagem das competências para as juntas de freguesia, uma vez que a Câmara Municipal não assumiu a sua responsabilidade.

Trata-se de um problema antigo, que inclusive já foi alvo de uma proposta apresentada ao Orçamento Participativo de 2013, precisamente, solicitava a revitalização e limpeza do túnel que liga a Avenida da Igreja ao Jardim do Campo Grande.

Trata-se de um espaço que poderia até ser de grande utilidade, sobretudo para quem tem crianças, já que evita a travessia de uma

zona de grande tráfego automóvel e tem uma saída justamente para a zona do parque infantil.

O túnel é conhecido pela degradação, pela falta de limpeza e higiene, e pela falta de segurança, levando os utentes a assumirem comportamentos de risco, colocando em causa sua própria segurança bem como dos veículos que circulam no local.

Iremos acompanhar o tema, com objectivo de perceber se a proximidade resolve pelo menos o problema da falta de higiene e limpeza.

Esperamos que o presente relatório seja utilizado pelo executivo para melhorar o desempenho da aplicação da reforma administrativa, diminuindo os impactos negativos na cidade.

Apesar de não termos concordado como a atual reforma, reconhecemos a importância da existência de um modelo de monitorização e avaliação, pelo que o Partido da Terra irá abster-se na presente votação.

Disse!